SINSERCON RS

DEFENDENDO DIREITOS

CUT lança o "Na Pressão", ferramenta de luta nas redes para pressionar deputados

Pelo celular, tablet ou computador, você pode mandar seu recado para os deputados. Se eles aprovarem a reforma da Previdência de Bolsonaro, milhões de brasileiros não conseguirão se aposentar

A CUT lançou nesta quarta-feira (1°) a plataforma "Na Pressão", uma ferramenta virtual de participação social, política e cidadã que vai ajudar na luta por direitos sociais e trabalhistas, ameaçados pelo presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro (PSL).

Por meio do "Na Pressão", que pode ser acessado de qualquer lugar pelo celular, tablet ou computador, com apenas alguns cliques os cidadãos e cidadãs poderão pressionar parlamentares – deputados e senadores - e demais autoridades públicas envolvidas na discussão ou projetos que tratam de temas de interesse da sociedade.

A primeira campanha do Na Pressão é contra a reforma da Previdência de Bolsonaro que está tramitando no Congresso Nacional. Se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 06/2019, que altera radicalmente as regras de aposentadoria for aprovada, milhões de trabalhadores não conseguirão se aposentar.

O mote da campanha é "Querem Roubar Sua Aposentadoria".

O secretário de Comunicação da CUT, Roni Barbosa, convoca a classe trabalhadora e a sociedade a usar o Na Pressão para ajudar na luta contra a reforma da Previdência de Bolsonaro.

"Vamos usar esta ferramenta para pressionar os parlamentares para que a gente derrote essa reforma que nada mais é do que o fim da aposentadoria no país".

Para pressionar os deputados a não aprovarem a reforma, basta acessar o site e mandar o seu recado. Os parlamentares estão separados em três colunas: 1) "A favor da reforma", 2) "indecisos" e 3) "contra a reforma". E com poucos cliques você manda o seu recado diretamente para Whatsapp, redes sociais (Facebook e Twitter) e e-mail dos deputados.

Veja como é fácil pressionar os parlamentares pelo seu Whatsapp em apenas alguns cliques:

1 - acesse o site napressao.org.br

2 - veja a campanha "Querem Roubar Sua Aposentadoria" e clique em "pressionar"

3 - clique no ícone do Whatsapp dos parlamentares que você quer pressionar

4 - agora é só enviar a mensagem exigindo que ele não roube sua aposentadoria

Fonte: CUT.org.

Greve geral no dia 14 de junho é aprovada pelos trabalhadores em1° de Maio

Mais de 200 mil trabalhadores foram ao centro de SP para lutar contra o fim da aposentadoria. No Brasil, o 1° de Maio mobilizou mais de 1 milhão de trabalhadores que prometem parar o país no dia 14 de junho

Neste 1° de maio histórico, que reuniu todas as centrais sindicais brasileiras em um ato unitário, no Vale do Anhangabaú, na capital paulista, mais de 200 mil trabalhadores e trabalhadoras aprovaram, por unanimidade, a greve geral no dia 14 de junho contra a reforma da Previdência de Jair Bolsonaro (PSL).

"Está aprovado! O Brasil irá parar em defesa do direito à aposentadoria dos brasileiros e das brasileiras. A única forma de barrar essa reforma é fazer o enfrentamento nas ruas. É greve geral", destacou o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, que conduziu a votação junto aos trabalhadores e trabalhadoras.

"A proposta de Bolsonaro e seu guru, Paulo Guedes [ministro da Economia], é cruel com o povo. Querem acabar com o auxílio-doença, dificultar o auxílio-maternidade, acabar com o direito dos trabalhadores, sobretudo os mais pobres, de receberem pensão e aposentadoria para sobreviver. É por isso que vamos parar dia 14".

Segundo o presidente da CUT, se o problema do governo é arrecadação de dinheiro, as centrais sindicais têm uma proposta de reforma Tributária para apresentar.

"Se Guedes quer arrecadar R$ 1 trilhão que vá tributar os ricos e milionários que têm jatinho, avião e jet ski. Não venha querer tirar do povo trabalhador", ressaltou Vagner, reforçando que a proposta de reforma Tributária das centrais foi construída em conjunto com a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal).

Rumo à greve geral contra aqueles que nos exploram e querem acabar com a nossa aposentadoria"

Já o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, destacou a unidade construída pelas centrais sindicais contra a reforma da Previdência. "A unidade se faz na luta constante e estaremos juntos até o fim para barrar a reforma da Previdência", afirmou.

O presidente nacional da CTB, Adilson Araújo, reforçou que se a reforma não for barrada nas ruas, será praticamente o fim do direito à aposentadoria.

Isso porque, pelo texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 006/2019, que na próxima semana começa a ser analisada na Comissão Especial na Câmara dos Deputados, a aposentadoria por tempo de contribuição irá acabar e as mulheres serão obrigadas a se aposentarem com, no mínimo, 62 anos de idade, e os homens 65 anos.

Além disso, o tempo mínimo de contribuição subirá de 15 anos para 20 anos e os trabalhadores vão receber menos, apenas 60% do valor do benefício será pago se a reforma for aprovada. Para ter acesso à aposentadoria integral, o trabalhador terá de contribuir por pelo menos 40 anos.

"Não tem jeito. Ou essa reforma para de tramitar ou paramos o Brasil", destacou o presidente da CTB.

Dando seguimento às negociações 2019, serão realizadas no dia 14 de maio, a partir das 10hs reuniões de mediação com os Conselhos, na sede da SRTE.

A primeira fase da campanha salarial teve início com as reuniões realizadas na sede do Sindicato, onde poucos conselhos compareceram.

OAB/RS DISSÍDIO COLETIVO 2015

O Sindicato esteve reunido com a Secretária-Geral da OAB/RS, Dra. Regina Guimarães para tratar do pagamento das diferenças do Dissídio Coletivo 2015. De acordo com informações já foram encaminhados os dados à empresa responsável pela contabilidade da Entidade para levantamento dos valores devidos e cálculos.

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

5 - Dissídio coletivo. Pessoa jurídica de direito público. Possibilidade jurídica. Cláusula de natureza social. (Inserida em 27.03.1998. Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012. Res. 186/2012. DeJT 25/09/2012)

Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Inteligência da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 206/2010.

FENASERA TEM NOVA DIRETORIA

O X Conasera – Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Conselho e Ordens de Fiscalização do Exercício Profissional foi encerrado na última quinta-feira, 14/03, com a eleição de sua nova diretoria para o quatriênio 2019/2023. A chapa única eleita tem como presidente PAULO SÉRGIO FERNANDES DA SILVA (PA) representando a união política de todos os sindicatos do Brasil. Fruto de extensas negociações durante a realização do X Conasera, a nova diretoria da Fenasera contempla as/os trabalhadoras/es dos Conselhos/Ordens na maioria dos estados. Além da eleição da nova diretoria, o X Conasera realizou, em seu último dia, a reforma do Estatuto Social da entidade. Os delegados presentes no evento aprovaram também as contas do exercício 2017/2018, o Plano de Lutas da categoria, a Pauta de Reivindicações Nacional e planos d e ação para a categoria de forma a fortalecê-la.

Fonte: Fenasera

JULGAMENTO DA ADI 2135

Será julgado no dia 12 junho do corrente ano o mérito da ADI 2135 que trata da relação jurídica de todos os servidores em Conselhos Profissionais.

MPT de São Paulo faz campanha para destacar importância da ação sindical

"Conheça quem te representa" é o tema do chamado Maio Lilás. Em 2018, o Ministério Público recebeu mais de 8 mil denúncias sobre ataques à liberdade e à organização sindical.

A escolha da cor deve-se à versão de que era o lilás o tecido confeccionado pelas mulheres que trabalhavam em uma fábrica de Nova York em 8 de março de 1857, quando um incêndio criminoso matou 129 delas, que faziam greve por melhores salários e condições de trabalho. O episódio deu origem ao Dia Internacional da Mulher.

O Ministério Público informou que apenas no ano passado registrou 8.151 denúncias na área de liberdade e organização sindical. Isso levou à abertura de 1.277 procedimentos de mediação, ao ajuizamento der 358 ações e à celebração de 295 termos de ajustamento de conduta (TACs).

Ainda segundo o MPT, citando dados do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais e do Dieese, havia em 2018 no país 11.578 sindicatos, 424 federações e 36 confederações de trabalhadores. "Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais, isso abrangeria, em termos de representação, aproximadamente 46 milhões de trabalhadores", afirma o procurador.